



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 2º QUADRIMESTRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : eTC-6999.989.20-5

**Entidade** : Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 2º quadrimestre de 2021

**Prefeita** : Sra. Ana Lúcia Bilard Sicherle

**CPF nº** : 121.951.688-03 – [“02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO”](#)

**Período** : 01.05.2021 a 31.08.2021

**Relatoria** : Conselheiro Dr. Renato Martins Costa

**Instrução** : UR-14 / DSF-I

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação da Sra. Ana Lúcia Bilard Sicherle, responsável pelas contas em exame ("[01.NOTIFICAÇÃO](#)").

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C+	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B	C+
i-Educ	C+	B	B
i-Saúde	C+	C+	B
i-Amb	C+	C	C
i-Cidade	A	B	C+
i-Gov-TI	C	C+	C

Obs.: Índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 14.8 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-00002284.989.21-7, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

A origem elaborou relatório de controle interno do período correspondente ao 2º quadrimestre de 2021 ("[07.CONTROLE INTERNO 2º QUADRIMESTRE 2021](#)"), que corresponde ao período em análise, sendo que não foram constatadas falhas graves, irregularidades ou desperdícios na gestão administrativa (fls. 29 do arquivo "[07.CONTROLE INTERNO 2º QUADRIMESTRE 2021](#)"), alertando, porém, para a seguinte ocorrência:

- Recomenda-se a utilização do Sistema Frotas – SCPI8 ou SCPI9 (versão web) – para realização do efetivo Controle de Portaria, visto que atualmente, apenas é utilizado para inserir informações de Motoristas e Veículos.

De nossa parte alertamos que o Controle Interno não trouxe ao seu relatório ("[07.CONTROLE INTERNO 2º QUADRIMESTRE 2021](#)"), a análise e recomendação da tendência de descumprimento ao atendimento do § 3º do art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%).

#### A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

#### A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.



## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021 ("[08.DECLARAÇÃO](#)").

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 30.391.237,53	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 30.184.215,86	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.160.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 952.978,33</b>	<b>-3,14%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento ("[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)").

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um superávit de R\$ 6.123.706,12, correspondente a 20,15%.

<b>Receitas Realizadas :</b>	<b>R\$ 30.391.237,53</b>	
<b>Despesas Liquidadas até o Período</b>	<b>R\$ 24.267.531,41</b>	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	<b>R\$ 6.123.706,12</b>	<b>20,1496%</b>

Fonte: ("[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)").

Face à perspectiva de déficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município ainda não decretou no exercício 2021 estado de emergência/calamidade pública (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal) com reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. ("[09.Rol de Municípios Alesp](#)")



### Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 41.481.543,21
Despesa Corrente Liquidada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 35.594.913,22
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	85,81%

Dados extraídos do Sistema Audep: Fl.05 do "[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)" juntado neste evento.

O resultado apurado em 85,81% mostra que o Ente superou o limite do §1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988.

#### B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO. ("[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)")

##### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audep, referentes ao 2º quadrimestre do exercício analisado é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal. ("[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)")

##### B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

**B.2. IEG-M – I-FISCAL**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

**B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

**PERSPECTIVA C: ENSINO****C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	30,22%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,60%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,46%

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	74,69%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	74,55%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	71,80%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	70,84%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	70,84%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	68,68%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução juntado neste evento ("[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)"), "[03.APLICAÇÃO DO RECURSO DO FUNDEB](#)" e "[04.APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS EM ENSINO](#)".

Com base na despesa empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável (74,69%) ao atendimento do § 3º do art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%).

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado**, tempestivamente, por 06 vezes no exercício, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento ("[05.ALERTAS](#)").

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município ("[06.Demanda X Oferta Vagas 2021](#)").





A Secretaria/Diretoria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão parcial das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos ([Questionário do COVID](#), evento 141.1, TC: 2284.989.21-7):

Aulas presenciais e remotas com entrega de atividades impressas e controle de retorno pelos professores e disponibilidade do Centro de Mídias.

## C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	28,09%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	24,52%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,00%

Dados extraídos do Sistema Audesp: fl.08 do "[02.RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO](#)" juntado neste evento.

### D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.



## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

### **E.1. IEG-M – I-AMB**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

### **G.2. IEG-M – I-GOV TI**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.



## H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

### CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

1. Item A.1.1 - O Controle Interno não trouxe ao seu relatório análise e recomendação da tendência de descumprimento ao atendimento do § 3º do art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%).
2. Item B.1. - O município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021.
3. Item B.1.1 – Ocorrência de déficit da execução orçamentária com base na despesa empenhada.
4. Item B.1.1 – O resultado apurado entre a Receita Corrente Arrecadada e a Despesa Corrente Liquidada foi de 85,81% superior ao limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988.
5. Item C.1 – Com base na despesa empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável (74,69%) ao atendimento do § 3º do art. 25 da Lei 14.113/20 – FUNDEB (90%).
6. Item C.1 - Emissão de alertas uma vez que o Poder Executivo não atendeu ao percentual de aplicação com recursos do FUNDEB.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-14.1, Guaratinguetá, 20 de outubro de 2021.

**Eduardo de Orem Oliveira**  
**Agente da Fiscalização**